

especial violência

TIPOS E CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM PERNAMBUCO*

um breve panorama

* Este trabalho é uma síntese atualizada de um artigo de minha autoria (cf. PORTELLA, 2016).

Ana Paula Portella

Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Políticas Públicas de Segurança da UFPE

Doutora em Sociologia pela UFPE

A PARTIR DA ÚLTIMA DÉCADA, ESPECIALMENTE após a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio¹, observa-se a ampliação da sensibilidade e da consciência coletivas a respeito da violência contra as mulheres no Brasil. Depois de mais de duas décadas de ativismo feminista em torno desse problema, o país parece compreender, finalmente, que não é justo, não é correto nem moralmente aceitável que metade de sua população viva em permanente estado de alerta e, muitas vezes, de medo, ante a possibilidade de vir a sofrer algum tipo de violência masculina. As redes sociais têm permitido que se entre em contato com as percepções e sentimentos de milhares de meninas e mulheres a respeito da violência que experimentam em sua vida cotidiana.

Relatos de abuso sexual por familiares e cônjuges, de assédio e abuso no transporte público, em festas e bares, de estupro conjugal e violência doméstica podem ser facilmente encontrados na internet, sob a forma de depoimentos em perfis pessoais, em páginas específicas voltadas para a construção da *sororidade* e do empoderamento das mulheres para enfrentar o problema e nos comentários, notícias, vídeos e artigos de opinião que tocam o tema do machismo e da violência. O contato com esses materiais tem provocado as mais diversas reações: desde a surpresa e a incredulidade (como toda essa violência nunca foi vista?) até o reconhecimento das injustiças de gênero que estão na base do apagamento das experiências e do silenciamento da fala das mulheres

¹ Leis nº 11.340/2006 e nº 13.140/2015, respectivamente.

sobre o problema, que é o mecanismo mesmo de invisibilização da violência.

O fato é que agora lidamos com um fenômeno visível e amplamente debatido pela sociedade e por muitas esferas governamentais. Mas a visibilidade e o debate público são apenas os primeiros passos para se desvendar os tipos de violência sofridos pelas mulheres e as dinâmicas sociais a elas associadas, o que efetivamente pavimenta o caminho para a construção de soluções eficazes de enfrentamento do problema. A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo, sensível e multideterminado, que, apesar de ser um efeito direto da cultura patriarcal que molda a nossa sociedade e atinge todas as mulheres, se expressa de forma distinta em diferentes grupos populacionais. É verdade que todas as mulheres estão expostas à violência masculina, mas não é verdade que estão expostas aos mesmos tipos, nem, muito menos, à mesma intensidade, frequência ou grau de letalidade dos episódios de violência. Ainda estamos muito longe de uma caracterização precisa e exaustiva da violência contra as mulheres, mas já se sabe que o acesso a certos recursos materiais e simbólicos – como escolaridade, informação, renda própria e redes de proteção e apoio, por exemplo – é o que possibilita que muitas mulheres saiam das situações violentas antes que elas se tornem muito danosas ou mesmo fatais. Sabe-se, ainda, que determinadas condições de urbanização – como iluminação, ocupação de áreas vazias e degradadas, transporte coletivo seguro, uso misto das quadras, entre outras – funcionam como elementos de proteção às mulheres e de prevenção da violência sexista.

Desigualdades no acesso a esses recursos e condições, portanto, irão determinar o tipo, a frequência e a intensidade da violência sofrida pelas mulheres, ainda que todas as mulheres estejam imersas na mesma sociedade, orientada pelos mesmos valores e normas patriarcais.

Este artigo apresenta um breve panorama da violência contra as mulheres em Pernambuco, em suas vertentes letal e não letal, a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes, do Datasus. A caracterização dos tipos de violência sofridos pelas mulheres em Pernambuco é seguida por breves considerações a respeito de três grandes contextos nos quais as mulheres são agredidas e mortas: a violência cometida por parceiro íntimo, a violência familiar e o cenário da criminalidade.

CARACTERÍSTICAS E MAGNITUDE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em 2015, foram registrados 59.080 homicídios no Brasil, o que representa uma taxa de 28,9 (número de casos por 100 mil habitantes) e corresponde a mais de 10% de todos os homicídios do mundo. Em Pernambuco, 3.847 pessoas foram assassinadas nesse mesmo ano, o que corresponde a uma taxa de 41,2 e a 6,5% de todos os homicídios do país, embora sua população corresponda a apenas 4,6% da população brasileira. A magnitude do problema é especialmente grave em meio à juventude: 52,9% de todos os homicídios do país vitimaram jovens de 15 a 29 anos. Em Pernambuco, essa proporção é ainda maior: 55,7%. As



taxas nessa faixa de idade são mais do que o dobro do que as taxas para a população em geral: 60,9 no Brasil e 89,8 em Pernambuco. Entre 2005 e 2015, fortaleceu-se o perfil afrodescendente das vítimas e, provavelmente, dos autores². Em 2015, onze anos depois da promulgação do Estatuto do Desarmamento, 71,9% de todos os homicídios foram cometidos com armas de fogo, e apenas oito estados reduziram a proporção desse tipo de homicídio nesse período (CERQUEIRA et al., 2017).

Entre as mulheres, as taxas são muito menores do que entre os homens. No país, a taxa de 2015 foi de 4,4 homicídios

para cada 100 mil mulheres, ou 4.621 casos. Mas entre elas também se reproduz a sobrerrepresentação da população negra: no país, a taxa para as mulheres não negras foi de 3,1, e para as negras, 5,2. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de mulheres brancas foi reduzida em 7,4%, mas entre as negras sofreu uma elevação de 22%. Em Pernambuco, aconteceram 233 homicídios de mulheres em 2015, mas a taxa apresentou redução de 25,3%, passando de 6,4 em 2005 para 4,8 em 2015. Observou-se redução das taxas entre negras e não negras, mas a diferença entre os dois grupos é brutal. As taxas de homicídio de mulheres negras

² As bases de dados nacionais utilizadas para a análise dos homicídios trazem informações sobre as vítimas, mas não sobre os agressores, uma vez que essas últimas dependem da conclusão dos processos judiciais, enquanto as primeiras são obtidas pelo registro do óbito. Informações preliminares de secretarias de segurança pública, bem como estudos qualitativos sobre autores de homicídio e informações da imprensa, revelam que agressores e vítimas frequentemente apresentam o mesmo perfil: jovens, pobres, negros e com baixa escolaridade.

no estado chegaram a 9,3 em 2006, ano em que a taxa nacional era 4,6, e a estadual, 6,9. No decênio, a taxa passa de 8,3 para 6,2, verificando-se, assim, uma redução de 25,8%. Entre as mulheres não negras, a taxa mais alta (2,5) se deu em 2008, e se observou uma redução de 12,3% entre 2005 (2,2) e 2015 (1,9). A taxa de homicídio entre as negras é mais de três vezes maior do que entre as não negras (CERQUEIRA et al., 2017).

Além disso, a distribuição etária dos homicídios de mulheres assemelha-se à masculina, com uma incidência quase nula até os 10 anos, crescendo até os 18 ou 19 anos e declinando lentamente até a velhice, com a diferença de que, entre os 18 e os 30 anos, há uma maior vitimização proporcional das mulheres, certamente em função da presença da violência doméstica nessa faixa de idade (WEISELFISZ, 2015).

O homicídio é a face mais trágica da violência sofrida pelas mulheres, mas, em geral, é o desfecho de situações de conflito que envolvem outras formas de violência. A caracterização da violência não letal, portanto, ajuda a compreender os contextos nos quais as mulheres são agredidas e mortas. Em 2014, os serviços públicos de saúde em Pernambuco notificaram 8.525 casos de agressões, e em 6.310 desses casos (ou 74%) a vítima era do sexo feminino. Esses dados permitem traçar um perfil das vítimas e do tipo de violência sofrida.

Assim, 59,2% das vítimas de agressão eram mulheres adultas, 55,1% foram agredidas em casa, 31,4% foram agredidas por cônjuge ou namorado atual ou passado, e 15,3%, por um familiar. Além disso, 29% sofreram violência repetida,

ou seja, não era a primeira vez que procuravam assistência para lesões ou danos provocados pelas agressões. Essas informações sugerem que as mulheres foram agredidas em situações de conflito com parceiros íntimos e com familiares. 52,3% das meninas e mulheres foram agredidas por conhecidos ou desconhecidos, e 44,9% sofreram a agressão em espaços ou estabelecimentos públicos, o que aponta para outros tipos de conflito.

A violência física foi relatada por 68,6% das mulheres – dado esperado, já que o registro é de unidades de saúde –, e 17,9% sofreram violência sexual, dentre as quais 42,6% foram estupradas. Quase metade das meninas e mulheres foram espancadas; 7,9% sofreram ferimento por arma branca, e 4,2%, por arma de fogo. Pouco mais de 12% sofreram lesões graves, que exigiram internação, e 0,4% foi a óbito em decorrência da agressão sofrida.

CONTEXTOS E DINÂMICAS DE PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Os diferentes tipos de violência, incluindo os homicídios, não se distribuem de forma homogênea nem pelo território nem entre os diferentes grupos populacionais. Pelo contrário, apresentam muito maior magnitude em alguns bairros e comunidades, que compartilham fatores de vulnerabilidade à violência para homens e mulheres. Urbanização, densidade demográfica alta, desorganização social intensa e convivência com áreas de grande e acelerada produção de riqueza, em um quadro de fragilidade do controle institucional, são alguns dos elementos comuns que transformam esses

territórios em áreas intensamente conflituosas e críticas. Contextos violentos em que atuam grupos criminosos também afetam as mulheres e produzem situações que ampliam sua vulnerabilidade às agressões e à morte violenta. Nesses territórios, o recurso à violência para a solução de conflitos é um elemento das interações comunitárias, ultrapassando as relações entre grupos e indivíduos criminosos e alcançando o âmbito das relações interpessoais, familiares, conjugais e comunitárias, das quais as mulheres participam tanto quanto os homens.

Condutas masculinas associadas ao ethos viril, motivos fúteis para conflitos, desigualdades de gênero acentuadas, famílias chefiadas por mulheres, ausência de supervisão parental e institucional sobre crianças e jovens, entre outras, são algumas das características encontradas nas áreas que apresentam altas taxas de homicídio (ELIAS; DUNNING,

1992; ZALUAR, 1998, 2009; CARVALHO FRANCO, 1974). Mas essas não são comunidades isoladas, fechadas em sua própria cultura. Pelo contrário, estão imersas em um país moderno, industrializado, e estão expostas aos processos macrossociais que atingem a sociedade em sua totalidade, mas que produzem impactos distintos em diferentes grupos populacionais, justamente pelas especificidades que apresentam no plano da sociabilidade. Assim, processos de crescimento econômico e de emancipação das mulheres, por exemplo, articulados às condições sociais concretas e à condição das mulheres em cada tipo de grupo (comunidades “violentas” ou áreas urbanizadas e submetidas à regulação cotidiana do Estado), produzem proteção ou risco com relação à possibilidade de as mulheres virem a ser assassinadas e com relação às circunstâncias em que isso pode acontecer. Além disso, o fato

“

Nesses territórios, o recurso à violência para a solução de conflitos é um elemento das interações comunitárias, ultrapassando as relações entre grupos e indivíduos criminosos e alcançando o âmbito das relações interpessoais

de estarem inseridas em uma sociedade com um Estado relativamente estável e uma rede complexa de interdependências estabelecida lhes expõe a pressões “civilizatórias” e a formas de controle oriundas das intervenções estatais – especialmente por meio da polícia e das políticas sociais – e dos grupos ligados de modo funcional, que coexistem na mesma sociedade (PORTELLA, 2014).

Em Pernambuco, pode-se identificar, pelo menos, três cenários nos quais acontecem as diferentes formas de violência contra as mulheres: *violência doméstica e familiar, violência cometida por parceiro íntimo e criminalidade*.

No contexto da violência doméstica e familiar, as vítimas são meninas, e os crimes acontecem principalmente no interior do estado. Trata-se das situações de abuso físico e/ou sexual por parte de parentes do sexo masculino – em geral, pai ou padrasto –, no ambiente da casa da família ou dos arredores, que podem evoluir para a morte pela fragilidade da compleição física infantil ou pela intencionalidade do agressor. Pode ainda envolver crimes cometidos por conhecidos, quando meninas são raptadas, estupradas e encontradas mortas em locais próximos às comunidades em que residem.

Na violência cometida por parceiro íntimo, a maior parte das agressões são cometidas com arma branca, na residência da vítima, que, em geral, é adulta. Esse tipo de situação é o conhecido *ciclo da violência* ou o contínuo e progressivo controle masculino sobre a vida das mulheres, com base nos padrões patriarcais de gênero.

No cenário da criminalidade, as vítimas são jovens, e as agressões, quase

sempre fatais, acontecem em via pública, com arma de fogo. Essas mortes resultam de conflitos armados pela disputa de territórios e recursos materiais e simbólicos, associados ao mercado de drogas e a outras atividades criminais; de conflitos entre criminosos e policiais, entre usuários de drogas, e entre traficantes e usuários de drogas, especialmente crack. Há também nesses casos a morte por *efeito colateral*, quando a vítima é assassinada porque está no local do crime ou mantém algum tipo de relação (não criminal) com as pessoas envolvidas nos conflitos. No caso das mulheres, é mais provável que as agressões e mortes ocorram nos contextos do uso de drogas como efeito colateral, e menos como resultado de sua atuação direta em atividades criminosas. A presença feminina nas atividades criminais é menor que a masculina e, em geral, concentra-se na base da hierarquia, com menos uso de armas de fogo e menor envolvimento em conflitos diretos, especialmente com a polícia.

As recentes transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no país – entre as quais se incluem a ampliação e o fortalecimento das redes criminosas que atuam no mercado de drogas e armas – articulam-se de forma distinta com as condições normativas e materiais identificadas nas periferias urbanas e nas áreas de classe média alta e das elites. Nas periferias, esse processo leva ao agravamento de formas tradicionais de violência contra as mulheres, ao surgimento de novos contextos de vitimização feminina e, mais importante, à potencialização dos riscos pela associação entre os dois processos. Nos contextos de classe média e das elites, as condições em que vivem

“

a violência é um componente essencial das relações comunitárias no Brasil, independentemente da presença de grupos criminosos

as mulheres não as impedem de viver diferentes tipos de violência, mas lhes disponibilizam um conjunto importante de recursos materiais e simbólicos que lhes permite escapar das situações antes que se tornem fatais. De forma inversa, é a ausência desses recursos que coloca as mulheres pobres e negras em maior risco de serem assassinadas.

A legitimação do uso da força e das armas presente nos territórios de atuação de grupos criminosos alcança outras esferas da vida, consolidando modos de interação comunitários e familiares nos quais a violência ganha espaço. Além disso, a violência é um componente essencial das relações comunitárias no Brasil, independentemente da presença de grupos criminosos (CARVALHO FRANCO, 1974), de tal modo que a associação entre as dinâmicas comunitária e da criminalidade intensifica os processos violentos.

Em seu conjunto, os valores e práticas sociais relacionados ao etos viril, à

desigualdade de gênero e ao uso da força na solução dos problemas e como ferramenta “pedagógica” na educação das crianças produzem distintas situações de conflito envolvendo homens e mulheres. Para eles, as disputas viris nos espaços públicos – ruas, bares, festas, jogos etc. – levam ao homicídio decorrente da violência interpessoal. Para elas, esses valores impactam os conflitos familiares, domésticos e amorosos, levando às agressões e ao homicídio cometido por parentes, parceiros ou conhecidos motivados por razões associadas diretamente ao fato de a vítima ser mulher. A presença da criminalidade urbana leva ao aumento da circulação de armas de fogo e da conflitualidade nessas áreas, e, com isso, também aumenta os riscos de letalidade nas situações interpessoais, domésticas e amorosas, que, a princípio, nada teriam a ver com o mundo do crime.

Os processos de modernização, crescimento econômico e produção rápida de riqueza geram oportunidades de trabalho

e melhoria das condições de vida de modo desigual para diferentes grupos populacionais. A participação formal nos processos produtivos e no mercado de trabalho e a apropriação da maior parte da riqueza estão restritas à parcela menor da população. A maior parte da população vive em comunidades onde a incorporação econômica é periférica, em postos de trabalho menos especializados, no trabalho informal e em programas sociais compensatórios. Mas o crescimento econômico também amplia as oportunidades nos circuitos ilícitos, e isso também se expressa de forma distinta quanto às elites e classes médias e aos grupos periféricos. Nos primeiros, graças à predominância do etos “civilizado”, do maior controle da violência por parte do Estado e de uma maior valorização dos processos de negociação diante do uso da força, prevalecem os crimes não violentos, como furtos, estelionato, crimes de colarinho branco etc. Nas periferias, a ampliação das oportunidades delituosas inclui o crescimento da circulação de armas de fogo e o fortalecimento das conexões entre redes criminosas locais, nacionais e internacionais, associando diferentes tipos de crimes. No contexto de grupos regidos pelo etos viril, nos quais a violência é um dos componentes que caracterizam a própria relação comunitária e onde é ineficaz o controle da violência por parte do Estado, a violência é imensamente facilitada.

A ampliação do acesso das mulheres ao espaço público e a posições de maior igualdade com relação aos homens explica o envolvimento das mulheres com o crime e com as drogas, do mesmo modo que explica o seu maior acesso à escola,

a novas profissões e ao mercado de trabalho formal. Mas os processos de associação das mulheres à criminalidade se dão sobre uma base sociocultural de matriz patriarcal, que reproduz formas antigas de dominação feminina. No nível da comunidade, formas antigas de violência contra as mulheres – como aquela cometida por namorados ou ex-maridos – são “atualizadas”: muitos homens aproveitam certas oportunidades colocadas pelos novos contextos, como a maior facilidade de acesso a armas de fogo e a maior presença das mulheres em áreas públicas (loais de trabalho ou lazer, principalmente), para protagonizar conflitos conjugais que podem levar à morte da mulher. A lógica do processo que leva à morte, portanto, ainda vincula-se aos padrões de dominação patriarcal. E, assim como para os jovens rapazes, as atividades ilícitas associadas ao tráfico de drogas também se constituem em oportunidades de trabalho e renda para as mulheres, mas a sua inserção nessas redes é afetada pela sua condição de gênero, o que lhes coloca em posições subordinadas e com menor capacidade de defesa e proteção – pela menor experiência nos confrontos físicos diretos, pela menor habilidade no uso de armas de fogo e pelo menor acesso a recursos financeiros ou a meios diretos de obtenção de proteção junto a agentes públicos e/ou lideranças locais do tráfico. Assim, de forma direta, o contexto da criminalidade amplia os tipos de violência a que as mulheres estão expostas, aumentando bastante a sua vulnerabilidade aos desfechos fatais dos conflitos.

Assim, a sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008) reforça os modelos tradicionais de relação entre homens

e mulheres e os valores a eles associados, colocando obstáculos nada desprezíveis às aspirações de liberdade, autonomia e maior equidade das jovens. E, por isso, reações violentas às tentativas das mulheres de conduzirem suas vidas de forma mais autônoma somam-se aos padrões conservadores que ainda vigoram na sociedade. Além disso, os agentes da sociabilidade violenta (traficantes, policiais e outros envolvidos na criminalidade) relacionam-se com as mulheres, como namoradas, esposas, filhas, mães etc. A conduta agressiva, o recurso à força física e ao poder das armas como meio de resolução de conflitos se estende, assim, para essas relações, nas quais o padrão conservador é acirrado e mantido pelo recurso a formas de violência mais extremas (PORTELLA, 2014).

Concluindo, as mulheres sofrem vários tipos de violência em diferentes

tipos de situação, e todas sofrem a forte influência da sua posição social subordinada, de sua condição de gênero. São os arranjos específicos entre as desigualdades de gênero (e as normas sociais conservadoras a elas associadas) e os processos sociais e econômicos que afetam as comunidades em que vivem as mulheres o que define o seu grau de vulnerabilidade à violência. A criminalidade urbana é uma das dinâmicas sociais recentes que interagem mais fortemente com a condição das mulheres, tendo se tornado um importante contexto de risco para elas. Os novos conflitos entre homens e mulheres ocasionados pelas mudanças nos estilos de vida das mulheres e pela maior igualdade de gênero alcançada nas últimas décadas são acirrados de forma explosiva nos territórios socialmente precários e dominados pela criminalidade.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO FRANCO, M. S. de. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da violência 2017*. Brasília: IPEA, 2016.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Viseu, PT: Difel, 1992.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- PORTELLA, A. P. Cultura patriarcal, desigualdades sociais e criminalidade: uma armadilha fatal para as mulheres. *Interesse nacional*, São Paulo, v. 9, n. 35, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/cultura-patriarcal-desigualdades-sociais-e-criminalidade-uma-armadilha-fatal-para-as-mulheres/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- PORTELLA, A. P. *Como morre uma mulher?* Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. 2014. 393 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife, 2014.
- WEISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2015.
- ZALUAR, A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 71, p. 9-24, out. 2009.
- ZALUAR, A. Pra não dizer que não falei de samba: enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. IV.